



3930 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

A AVALIAÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NO COTIDIANO ESCOLAR DO 2º ANO NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO
Emmanuella Farias de Almeida Barros - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Este trabalho é uma tese de doutorado em desenvolvimento que busca entender como é a prática de avaliação desenvolvida por uma professora que atua no 2º ano, no ciclo da alfabetização, no município de Garanhuns. A nossa base teórica volta-se, exclusivamente, para Moraes (2012), Luckesi (2008). Assim, temos um estudo de cunho qualitativo em maior ênfase e quantitativo em menor ênfase mediante um estudo de caso. Para coletar os dados pretendidos, utilizaremos as técnicas de observação para realizar as análises sobre o encaminhamento docente na avaliação, bem como entrevistas semiestruturadas. Além disso, faremos análises documentais, já que provas, fichas, atividades, dentre outros, podem servir de instrumentos avaliativos. As nossas conclusões parciais indicam que a professora observada faz avaliações na perspectiva formativa, mas encontra desafios acerca do resultado das avaliações de seus alunos.

Palavras-chave: Avaliação. Alfabetização. Prática docente.

A AVALIAÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NO COTIDIANO ESCOLAR DO 2º ANO NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO

Introdução

Nas últimas décadas, a avaliação em larga escala começou a se solidificar no contexto educacional brasileiro e vem ganhando cada vez mais importância no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para aprimorar o sistema de ensino. Assim, o foco das avaliações em larga escala estaria em desenvolver ações que visem melhorar o ensino oferecido nas nossas escolas, bem como, melhorar o rendimento dos alunos.

Ao mesmo tempo, as avaliações internas, as que acontecem dentro dos espaços escolares, possuem as suas particularidades, tanto por parte dos professores, como pela instituição as quais estão vinculadas. Isso acontece porque elas integram o cotidiano escolar e existe uma gama de recursos utilizados para avaliar, tais como ficha descritiva, fotos, portfólios, documentos da secretaria de educação ou de outras secretarias, caderno de campo, provas, entre outros, que além de diversificar a escolha do professor, expande as práticas avaliativas, já que vários instrumentos podem ser utilizados em momentos distintos.

Com isso, é preciso também considerar que a avaliação realizada em sala de aula nunca diz respeito à análise apenas do polo da aprendizagem, pois qualquer que seja a forma de avaliação utilizada, o processo reflexivo do ato de avaliar envolve tanto o ensino como a aprendizagem, as duas medidas que se complementam. Quer dizer, a avaliação vai fornecer subsídios para que se entendam tanto os avanços do aluno, como pode ajudar a refletir sobre a prática de ensino utilizada, em que o professor revê sua prática e a ajusta a realidade dos alunos. Nesse contexto, a avaliação é vista como um objeto de permanente escuta e observação que agrega dois polos e não os separa.

Diante disso, a avaliação em larga escala integra a ação multifacetada da prática avaliativa docente no sentido de que esses tipos de avaliações fazem parte do cotidiano escolar, pois o professor desenvolve sua prática de avaliar levando em conta sua concepção de avaliação, as influências da instituição a qual faz parte, assim como as avaliações externas, que servem de indicador qualitativo da educação básica e que sugerem dados para que o professor entenda os pontos fortes e fracos da aprendizagem dos seus alunos, através de um processo gradual e contínuo.

É pensando, então, nesse ato continuado que a avaliação na alfabetização é pautada, de modo que não haja a retenção dos alunos nos dois anos iniciais do ciclo e que, sendo formativa, possa fornecer indícios das aprendizagens dos alunos sem que o erro, que faz parte de qualquer momento da aprendizagem, reforce ainda mais as desigualdades, mas pelo contrário ajude todos os educandos a consolidarem o aprendizado.

Além disso, cada etapa da alfabetização tem suas especificidades e em cada uma se faz necessário um processo avaliativo que favoreça as aprendizagens e que observe as crianças a partir de suas necessidades. É pensando nisso, que propomos nesta pesquisa entender como se dão as práticas avaliativas em uma turma do 2º ano pelo fato de as crianças já terem iniciado o processo de alfabetização, o que implicará em uma análise mais detalhada das práticas docentes na sala de aula, assim como entender a sua prática avaliativa, já que a prática docente e a avaliação não são ações indissociáveis.

Portanto, no sentido de trazer novas reflexões acerca da temática estabelecida, destaca-se a seguinte delimitação do problema. **Como ocorre a prática de avaliação desenvolvida por um (a) professor (a) que atua no 2º ano, no ciclo da alfabetização, no município de Garanhuns?** Obtendo os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Investigar a prática de um (a) professor (a) que atua no 2º ano no ciclo da alfabetização, buscando compreender as relações que se estabelecem entre as práticas de ensino e as avaliações desenvolvidas por esse (a) professor (a).

Objetivos específicos:

- Analisar as concepções de alfabetização e avaliação que subjazem as práticas observadas;
- Identificar os aspectos da aprendizagem da leitura e escrita que são avaliados pelo (a) docente;
- Identificar e analisar os instrumentos e métodos utilizados para avaliar as crianças;
- Compreender o que o (a) professor (a) faz com as informações observadas das avaliações para garantir a progressão das aprendizagens das crianças.

Concepções e instrumentos de avaliação no ciclo da alfabetização

A alfabetização é vista como um cenário em transição e multifacetado, pois há sempre a inclusão de dados novos e estudos que orientam tanto a prática dos professores como sua maneira de avaliar. A esse exemplo, temos a criação do ciclo de alfabetização para assegurar que as crianças de seis anos sejam matriculadas nas escolas, iniciando mais cedo no Ensino Fundamental, visto que as crianças também iniciam mais cedo no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética. Medida essa que pode garantir um melhor aproveitamento escolar, já que desde o seu ingresso, no 1º ano, as crianças devem dominar o sistema notacional, sendo instigadas, posteriormente, ao aprendizado constante.

Diante desse cenário, com a instauração de um ciclo de alfabetização, é possível perceber mudanças no cotidiano escolar, que vão desde a relação professor-aluno, materiais didáticos e que também acabam por influenciar a maneira como se avalia as crianças no recente criado ciclo de alfabetização.

Além dessas influências externas, cabe mencionar também a própria tomada de decisão do professor na hora de avaliar, assim cada docente tem uma concepção sobre a alfabetização e, conseqüentemente, uma concepção de avaliação. Nesse ponto, observamos o ato de alfabetizar e o de avaliar como dois processos que se imbricam a prática educativa, e, juntos, compõem a visão de mundo que cada educador possui.

É por meio disso, que destacamos duas concepções teóricas de avaliação que se conectam a concepção de alfabetização docente, na medida em que cada uma sofre influências teóricas e metodológicas diferentes relacionadas a prática da alfabetização.

Isso se dá porque com essa dinâmica estabelecida no ciclo da alfabetização, avaliar sem reprovar parece uma tarefa difícil, principalmente se ainda está intrínseco ao fazer docente uma concepção de alfabetização classificatória, em que o aluno precisa corresponder a tudo o que lhe foi ensinado, errando o mínimo possível. Nessa concepção, os alunos são uma "tábula rasa" e o professor, detentor do saber, é o responsável no repasse do conhecimento. Aliado a essa forma de pensar, excludente e discriminatória, foram registrados no contexto da alfabetização os chamados "testes de prontidão". De acordo com Moraes (2012), os testes observavam um conjunto de habilidades para identificar se alguém poderia vir a ser alfabetizado. Era um exame de previsão e diagnóstico que media a capacidade dos sujeitos em relação à percepção, memória, motricidade e "refletia a visão de escrita alfabética como um código que o aluno aprenderia desde que estivesse pronto." (MORAIS, 2012, p.39).

Essas medidas avaliativas, utilizadas até meados da década de 1980, reforçavam as diferenças e contribuía para o fracasso escolar, já que muitas crianças por não atingirem a "maturação" necessária ou o conhecimento suficiente para alcançarem a próxima etapa eram retidas até que estivessem aptas. Para Lima e Silva (2015, p.4):

a avaliação esteve intimamente em consonância com as práticas "tradicionais" e os instrumentos de medida utilizados eram aplicados no início do processo de alfabetização, mas também no final de cada bloco de unidades, sem que houvesse tempo e preocupação com a orientação e superação das dificuldades detectadas, legitimando, assim, a competição, comparação e seleção dos alunos, que, ao final de cada ano, eram classificados como aptos ou não a prosseguir nos estudos.

Logo, essas práticas contribuía para uniformização das crianças, a avaliação era apenas vista como um fim, e não como um processo natural da prática educativa. Mais que isso, essa concepção de avaliação era puramente seletiva e não considerava as diversas possibilidades com que cada criança podia lidar com o conhecimento do sistema de escrita alfabética. Felizmente, com as contribuições da teoria da psicogênese da língua escrita, as práticas e as formas de avaliação foram ressignificadas e um novo cenário começou a surgir, de modo que passou a ser garantida a promoção continuada, e o erro, nesses termos, passou a ser visto como necessário a aprendizagem e não mais como algo a ser banido.

Diferentemente dos testes de prontidão, que davam ênfase à aprendizagem relacionada ao desenvolvimento de habilidades perceptivo-motoras, os instrumentos avaliativos de diagnóstico assumem um caráter investigatório, tentando entender as razões para as respostas apresentadas pelas crianças ou os "erros" cometidos por elas ao tentar representar o funcionamento do sistema de escrita. (LIMA; SILVA, 2015, p.4).

Nesse caso, percebemos que havia dois instrumentos com a mesma finalidade: diagnosticar. Porém, a dinâmica estabelecida em cada

uma delas interferia na concepção de avaliação a que se filiavam. Isso porque, enquanto os exames de prontidão serviam para marginalizar as crianças não “maduras” o suficiente para se alfabetizarem, a avaliação na perspectiva da psicogênese da língua escrita servia para identificar a hipótese silábica em que a criança se encontrava, buscando auxiliá-las no aprendizado significativo do sistema de escrita alfabética.

Com isso, a avaliação da alfabetização assume características formativas e essa nova concepção se assemelha a proposta do ciclo de alfabetização, uma vez que retrata o pensamento de que todos os alunos podem aprender, mas respeitando o ritmo e o percurso que cada aluno faz na busca pelo conhecimento. Nesse sentido, a avaliação formativa indica os avanços e explicita os caminhos da aprendizagem que o aluno percorreu sem elementos punitivos e sem dados classificatórios. A avaliação formativa se constitui durante o processo letivo, evidenciando o processo e nunca o produto final, informando os alunos sobre o seu desenvolvimento e subsidiando a ação docente a partir das respostas obtidas ao longo do processo avaliativo.

Tal perspectiva de avaliação é defendida por Luckesi (2008), já que avaliar implica em subsidiar a ação em busca de resultados previamente estabelecidos, ou seja, a avaliação é caracterizada como um julgamento de valor sobre o objeto avaliado em que, a partir disso, há uma tomada de decisão a fim de transformá-lo, constituindo um processo contínuo e reflexivo.

Metodologia

No que diz respeito ao tipo de pesquisa a ser utilizada, informamos que este estudo ocupará a perspectiva **qualitativa em maior ênfase e quantitativa em menor ênfase**, e será desenvolvida nesta tese a partir de **um estudo de caso**. A opção por esse tipo de pesquisa, com o olhar voltado para o estudo de caso, se deu porque uma abordagem qualitativa nos dará a oportunidade de observarmos a escola em todos os seus aspectos, levando em conta que se trata de um ambiente organizacional, que produz ideologia, não é neutro e por isso uma abordagem puramente quantitativa e mais restrita não daria conta de entendermos esse espaço em toda a sua complexidade.

O sujeito desta pesquisa é uma professora pertencente a pública municipal de Garanhuns/PE. A turma escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi o 2º ano, do Ensino Fundamental, que se justifica pelo fato de que nessa etapa os educandos estarão em processo de alfabetização, porém é esperado que já tenham algumas aprendizagens relacionadas à apropriação do sistema de escrita consolidadas, o que nos dará instrumentos mais precisos para entender as avaliações referentes à leitura e a escrita.

Para coletar os dados pretendidos, utilizaremos as técnicas de **observação** para realizar as análises sobre o encaminhamento docente na avaliação, bem como **entrevistas semiestruturadas**. Além disso, faremos **análises documentais**, já que provas, fichas, atividades, dentre outros, podem servir de instrumentos avaliativos.

Conclusões

Por se tratar de um estudo ainda em desenvolvimento, temos alguns resultados parciais que nos ajudam a compreender como estão sendo realizadas as atividades avaliativas no município citado.

Em Garanhuns, é percebido que a prática avaliativa da professora observada é feita por avaliações diárias, por meio da observação dos estudantes e pela realização de provas bimestrais, seguindo as normas da instituição de ensino, mas também opta, levando em conta sua autonomia docente, pela realização de provas em uma frequência quinzenal ou mensal, dependendo dos assuntos que são ministrados. As provas bimestrais às vezes são realizadas por meio de simulados, com o objetivo de diagnosticar os conhecimentos que as crianças têm em relação ao sistema de escrita alfabética. Mas, durante as observações, percebemos que a professora realiza prioritariamente provas escritas, mas apresenta dificuldades em relação ao que fazer com os dados obtidos. Isso porque a educadora identificava a hipótese silábica em que a criança se encontra, mas não sabe o que fazer depois para a criança avançar. Em relação as avaliações externas, o município realiza a prova Brasil e a ANA. Além disso, para todos os professores do ciclo de alfabetização do município é distribuída uma ficha de avaliação referentes aos eixos de Língua Portuguesa que ajudam os educadores a acompanhar o ritmo de aprendizagem dos seus alunos. Assim, os educadores marcam: sim, não ou parcialmente, de acordo com os conceitos que estão sendo apresentados. A secretaria de Educação recomenda que o preenchimento da ficha seja realizado de maneira bimestral e é seguindo essas indicações que a professora observada também avalia seus alunos. Por fim, concluímos parcialmente a análise entendendo que sua concepção de avaliação faz parte do modelo formativo, posto que sempre acompanha o desenvolvimento dos alunos, seja pelos seus próprios instrumentos de avaliação, seja pela instituição a qual está relacionada.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

LIMA, Maria de Fátima Moura de; SILVA, Alessandro da. **A avaliação dos conhecimentos das crianças sobre o sistema de escrita alfabética: instrumentos e registros utilizados por uma professora alfabetizadora**. 2015. Disponível em: < <http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2015/02/A-AVALIA%C3%87%C3%83O-DOS-CONHECIMENTOS-DAS-CRIAN%C3%87AS-SOBRE-O-SISTEMA-DE-ESCRITA-ALFAB%C3%89TICA-INSTRUMENTOS-E-R.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 732, 1999.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramento, 2012. (Como eu ensino).